

AMARTYA SEN E O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: APLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

VIEIRA, Anderson Nunes de Carvalho¹
PLEIN, Clério²

RESUMO

O debate sobre o desenvolvimento se torna profundo com o surgimento das ideias de Amartya Sen. No tocante as suas teorias, esse artigo se propõe a investigar a seguinte problemática: qual o conceito de desenvolvimento em Amartya Sen e sua aplicação no desenvolvimento rural sustentável? O objetivo geral foi discorrer sobre a teoria do desenvolvimento como liberdade proposta por Sen em sua obra “Desenvolvimento como liberdade (2000)” verificando a possibilidade de empregá-la na promoção do desenvolvimento rural de forma sustentável. Verificou-se que as teorias de Amartya Sen sobre o desenvolvimento podem ser aplicadas ao caso do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Espera-se que esse estudo possa nortear acadêmicos e pesquisadores que se dedicam a estudar questões voltadas para a compreensão dos conceitos e teorias do desenvolvimento nas mais diversas áreas do saber.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, Liberdade, Amartya Sen.

AMARTYA SEN AND DEVELOPMENT AS FREEDOM: APPLICATIONS FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

The development debate becomes even deeper with the emergence of Amartya Sen's ideas. Regarding his theories, this chapter proposes to investigate the following problem: what is the concept of development in Amartya Sen and its application in sustainable rural development? The general objective was to discuss the theory of development as freedom proposed by Sen in his work “Development as freedom (2000)”, verifying the possibility of using it to promote rural development in a sustainable way. It was found that Amartya Sen's theories on development can be applied to the case of sustainable rural development in Brazil. It is hoped that this chapter can guide academics and researchers who are dedicated to studying issues aimed at understanding the concepts and theories of development in the most diverse areas of knowledge.

KEYWORDS: Development, Freedom, Amartya Sen.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolvimento não é algo fácil de ser conceituado. O desafio se torna maior quando pretende-se conceituar seus desdobramentos em outras formas de desenvolvimento como o socioeconômico, o sustentável e o ambiental. Assim, é comum existir questionamentos do tipo: o que seria desenvolvimento? Como medi-lo? A quem beneficia? Por isso, existem vários autores que debatem o tema nas mais diversas áreas das ciências humanas e sociais formulando conceitos e teorias que tem como resultado o surgimento de inúmeras escolas de pensamento.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE), Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (UFMT), Especialista em Gestão Pública (IFMT), Especialista em Ciência da Religião (FEICS), Pós-Graduando em Gestão do Agronegócio (IFMT), Bacharel em Ciências Econômicas (UFMT) e em Administração (UNOPAR). Perfil Profissional: Professor na Faculdade de Tecnologia do SENAI-MT (FATEC/SENAI-MT).E-mail: andersonvieira.nunes@hotmail.com

² Doutor e Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Bacharelado em Economia Doméstica (UNIOESTE). Perfil Profissional: Professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: clerio.plein@unioeste.br

De forma geral, Cattani *et. al.* (2009) conceitua desenvolvimento como sendo a percepção de crescimento progressivo refletindo em um padrão de evolução de forma contínua. No que tange ao desenvolvimento econômico, Sandroni (1999) discorre que este é verificado por meio do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* juntamente com a melhora nos padrões de vida da sociedade, motivado essencialmente, pela melhora da economia como um todo. Sobre o desenvolvimento sustentável, o mesmo autor argumenta que o conceito está atrelado ao pensamento ecológico e a gestão do meio ambiente como forma de alocar devidamente os recursos ambientais para que não haja uma escassez futura desses fatores na economia.

Para Sachs (2004) o desenvolvimento econômico não pode ser estudado de forma isolada e desassociada dos demais tipos de desenvolvimento. Na ótica do autor, falar em desenvolvimento econômico só faz sentido se estiver relacionado com a ideia de sustentabilidade social, espacial, cultural, política e ambiental. Assim, Sachs (2004) define o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo a busca pelo equilíbrio e pela evolução desses seis aspectos, a saber: o social, o ambiental, o territorial, o econômico, o cultural e o político.

Porém, o debate sobre o desenvolvimento se torna ainda mais profundo com o surgimento das ideias de Amartya Sen. No tocante as suas teorias, esse estudo se propõe a investigar a seguinte problemática: qual o conceito de desenvolvimento em Amartya Sen e sua aplicação no desenvolvimento rural sustentável? O objetivo geral foi discorrer sobre a teoria do desenvolvimento como liberdade proposta por Sen em sua obra “Desenvolvimento como liberdade (2000)” verificando a possibilidade de empregá-la na promoção do desenvolvimento rural de forma sustentável no Brasil. Espera-se que esse artigo possa nortear acadêmicos e pesquisadores que se dedicam a estudar questões voltadas para a compreensão dos conceitos e teorias do desenvolvimento nas mais diversas áreas do saber.

2. AS OBRAS E O PENSAMENTO DE AMARTYA SEN

Nascido em 3 de novembro de 1933 na cidade de Bolpur em Bengala na Índia, Amartya Kumar Sen já trabalhou como professor universitário em Jadavpur no seu país natal, na London School, e nas renomadas universidades de Oxford e Cambridge no Reino Unido. Sen é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Presidency College (1953) em Bengala na Índia com doutorado em Economia pela Universidade Trinity College (1959) em Cambridge no Reino Unido. Atualmente é professor titular de Economia e Filosofia na universidade de Harvard nos Estados Unidos (THE NOBEL PRIZE, 1998 n.p.).

Amartya Sen foi laureado com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas³ em 1998 por suas relevantes contribuições para o pensamento da economia do bem-estar social. Em sua autobiografia para o comitê do Prêmio Nobel em 1998, Sen reconhece que sua escolha por pesquisas voltadas para a desigualdade social, pobreza, fome e desenvolvimento estão intimamente atreladas com a sua infância humilde em Bengala:

Eu tive que observar, quando criança, um pouco dessa violência irracional. Uma tarde em Dhaka, um homem entrou pelo portão gritando lamentavelmente e sangrando profusamente. A pessoa ferida, que havia sido esfaqueada nas costas, era uma trabalhadora diária muçulmana, chamada Kader Mia. Ele veio para algum trabalho em uma casa vizinha – por uma pequena recompensa – e foi esfaqueado na rua por alguns bandidos comunitários em nossa área predominantemente hindu. Como ele estava sendo levado ao hospital por meu pai, ele continuou dizendo que sua esposa havia lhe dito para não entrar em uma área hostil durante os tumultos comunais. Mas ele teve que sair em busca de trabalho e ganhar porque sua família não tinha o que comer. A pena dessa falta de liberdade econômica acabou sendo a morte, que ocorreu mais tarde no hospital. A experiência foi devastadora para mim, e de repente me fez perceber os perigos de identidades estreitamente definidas, e também da divisão que pode estar enterrada na política comunitária. Também me alertou para o fato notável de que a falta de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar uma pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade: Kader Mia não precisava ter vindo para uma área hostil em busca de renda em aqueles tempos conturbados se sua família pudesse ter passado sem ele (THE NOBEL PRIZE, 1998 n.p).

O livro *Desenvolvimento como liberdade* publicado em 1999 é fruto das pesquisas que lhe renderam o Prêmio Nobel de Economia. No entanto, Sen também é autor de diversos livros e artigos, sendo as mais proeminentes: “Sobre ética e economia” (1987); “Pobreza e fome” (1984); “Desigualdade reexaminada” (1992); e “A ideia de justiça” (2009). Desta forma, é perceptível que o interesse de Amartya Sen por Filosofia e Economia Política veio justamente corroborar com seus estudos e pesquisas na área do desenvolvimento econômico e social.

No livro “Sobre ética e economia”, Sen (1999) comenta que uma economia de mercado bem-sucedida leva a expansão da renda na sociedade. Porém, nem todos os indivíduos desfrutarão desta expansão, levando o Estado a refletir sobre as medidas necessárias para a devida distribuição. Para ele, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice rígido, sendo que o mais interessante sobre ele são as informações detalhadas dos aspectos econômicos e sociais da vida humana. Assim, o autor sugere que o sucesso do desenvolvimento está no equilíbrio entre a expectativa de vida no nascimento, educação básica e escolaridade sendo incrementado por um índice de nível de renda o que denota o acesso a alimentação, moradia, vestuário etc.

³ O Prêmio Nobel foi idealizado pelo engenheiro e químico Alfred Nobel em seu testamento em 1895 para contemplar aqueles que demonstrasse elevada contribuição nas áreas de Física, Literatura, Medicina, Paz e Química. Entretanto, o “Prêmio Nobel de Economia” foi criado em 1968 pelo Banco Central da Suécia e originalmente recebe o nome de Prêmio *Sverige Riksbank* de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel e é entregue desde 1969 pela Real Academia Sueca de Ciências (COFECON, 2018).

Em sua obra “Pobreza e fome”, ele alerta que a fome é um dos piores problemas sociais e econômicos ainda não superados pela sociedade hodierna. Nesta obra, Sen (2012) relembra sua infância pobre na Índia onde a fome matou mais de 3 milhões de pessoas em 1943. Ele argumenta que este acontecimento foi ocasionado não por escassez de alimentos, mas pela dificuldade de acesso por grande parte dos indianos. Desta forma, o autor traz à tona que o referido episódio estava atrelado ao aumento de preço dos alimentos e aos baixos salários, fazendo com que mais de 5% da sociedade perdesse seu poder de compra e, conseqüentemente o acesso a comida, amargando uma fome severa.

No livro “Desigualdade reexaminada”, Sen (2021) faz um apanhado histórico e social dos principais movimentos em busca de igualdade. Ele disserta que a elevada concentração de renda e os gastos do governo para auxiliar na recuperação financeira de bancos endividados foram os ingredientes necessários para diversas revoltas pelo mundo. Ele salienta que estes empréstimos aos bancos tiveram como resultado o convertimento de uma crise, até então econômica de mercado capitalista, em uma crise social e de Estado.

E na sua obra “A ideia de justiça”, o economista e filósofo relata que existe um elo forte entre Economia e Filosofia. Esse argumento é sustentado pela ideia de que a natureza multifacetada dos seres humanos está atrelada a diversos interesses com focos diferenciados. Entretanto, o embate entre filósofos e economistas também é notório. Enquanto os filósofos criticam os economistas de serem rudes e fascinados por números, estes possuem pouca paciência com os filósofos e suas conjecturas com base em abstrações. Sen (2001), comenta que ambas as áreas do conhecimento se complementam, no entanto, seu interesse por elas não está em sua intersecção, mas nas suas particularidades.

3. METODOLOGIA

No que se refere a finalidade da pesquisa, este estudo utilizou-se do tipo pesquisa básica pura. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa tem por intuito mergulhar em um dado conhecimento científico, trazendo um novo olhar sobre uma certa realidade que pode ser aplicável em estudos ou cenários futuros. Assim, a pesquisa básica pura auxiliou na compressão da obra de Amartya Sen e a possível aplicação no fomento ao desenvolvimento rural sustentável brasileiro.

A pesquisa básica também é caracterizada por uma revisão de literatura com o intuito de expor as ideias de um determinado tema, obra, pensamento ou autor. A finalidade não é esgotar o assunto, mas elucidar questões centrais de uma determinada obra ou estudo. Neste caso, a obra é o livro “Desenvolvimento como liberdade” do economista e filósofo Amartya Kumar Sen de 1999, mas publicado no Brasil em 2000 pela editora Companhia das Letras. O livro foi traduzido por Laura

Teixeira Mota e revisado por Ricardo Doninelli Mendes e o exemplar utilizado foi o da 3ª edição com 408 páginas dividido em 12 capítulos.

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa utilizou-se da metodologia bibliográfica. Sobre este procedimento, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) discorre:

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A abordagem metodológica utilizada para elaborar esta pesquisa é de cunho qualitativa com objetivo da pesquisa enquadrado como descritivo-bibliográfico. A descrição bibliográfica foi alicerçada no método de análise interpretativo e crítico dos pensamentos de Amartya Sen contido em sua obra supracitada. Referente a este método, ela é:

Individual. Procurar associar as ideias expressas pelo autor com outras de conhecimento do estudante, sobre o mesmo tema. A partir daí, fazer uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada à análise do problema; realizar uma apreciação pessoal e mesmo emissão de juízo sobre as ideias expostas e defendidas. Elaborar um resumo para discussão (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 32).

O livro foi lido e estudado pelos pesquisadores entre os meses de maio e setembro de 2022, período em que o professor Amartya Sen ainda se encontra com 88 anos de idade. Foram realizados fichamentos e resumos com o intuito de esmiuçar a obra e levantar as possíveis aplicações para o contexto do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

4. DISCUSSÕES

4.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE AMARTYA SEN

O conceito de liberdade em Amartya Sen se difere de forma contundente da ideia de liberdade para liberais e marxistas. Grosso modo, enquanto para os liberais a liberdade está atrelada a desburocratização e desregulamentação estatal e para os marxistas na ausência de exploração da mão-de-obra e das desigualdades, para Sen o conceito de liberdade está relacionado com acesso. Como se verá ao longo deste subtópico, a liberdade proposta por Sen é associada a disponibilidade de serviços

públicos e bens necessários para a sobrevivência dos indivíduos, e este possui total acesso seja via renda ou políticas públicas.

A ideia de desenvolvimento econômico de Amartya Sen é inovadora e única dentro do pensamento econômico. Ele argumenta que o crescimento econômico por si só não é suficiente para explicar e, muito menos, pautar o desenvolvimento econômico e social de uma determinada nação. No entanto, Sen compreende a importância que os índices de crescimento desempenham, servindo de termômetros para a economia de mercado e de indicadores para promoção de políticas públicas. Em suas palavras:

Indented text: Não há dúvidas de que, se você tem uma economia de mercado bem-sucedida, isso levará a expansão da renda das pessoas. Se for bem-sucedida. Nem todos, o que é um problema, terão acesso a essa expansão sendo necessário você observar como isso será distribuído. É necessário observar o que as pessoas conseguirão adquirir com a sua renda. Por exemplo: se você vive em uma localidade onde não existem escolas e hospitais, ter renda não te ajuda. Então, se faz necessário observar se os serviços sociais realmente estão disponíveis. E essas são questões em que o Estado invariavelmente aparece (SEN, 2000. p. 137).

Assim, Amartya Sen desenvolve sua teoria do desenvolvimento econômico pautada em quatro grandes conceitos: 1) liberdade substantiva; 2) liberdades instrumentais; 3) pobreza multidimensional e; 4) desenvolvimento como liberdade. No que tange a liberdade substantiva, Sen (2000) conceitua:

Indented text: As liberdades substantivas, por sua vez, podem ser definidas como capacidades elementares, tais como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2000, p. 34).

Pode-se inferir que pobreza não seria necessariamente possuir pouca renda, mas ter privação de capacidades. Para exemplificar: o alto nível de renda de uma pessoa não facilitaria o acesso de qualidade ao sistema de saúde caso ela estivesse localizada no Ártico. Isso porque, tanto o acesso quanto a qualidade deste sistema, estão mais atrelados a disponibilidade do serviço do que ao nível de renda do indivíduo. Logo, o alto nível de renda se torna uma variável pouco relevante quando se existe privação de capacidade. Partindo deste pressuposto, a renda não seria capaz de comprar liberdade política, sexual, religiosa ou de expressão em países de regime ditatoriais, por exemplo.

Segundo Sen (2000), é o grau de liberdade de acesso, que pode ser via melhoramento da renda e/ou políticas públicas eficazes, que deve determinar o nível de desenvolvimento de um país. Neste tocante, ele comenta:

Indented text: O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do

desenvolvimento. (...) Concentra-se particularmente nos papéis de inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000. p. 10-11).

Para se alcançar a liberdade substantiva é necessário a redução da pobreza, da fome, do analfabetismo e da mortalidade infantil, além de ampliar o acesso de qualidade a moradia, saúde, segurança e educação. Uma vez alcançada esta etapa, a liberdade política e de expressão promoveria o debate livre e democrático, auxiliando as pessoas a compreenderem seus objetivos e evitarem preconceitos. Somente a sociedade, a partir deste debate público consolidado, poderia dizer o que realmente seria os limites do seu próprio desenvolvimento (SEN, 2000).

Nessa toada, Sen (2000) discorre ao longo do sexto capítulo “A importância da democracia”, que a liberdade de participação dos cidadãos auxiliaria o governo no papel de identificar os problemas sociais. O autor exemplifica que a falta de liberdade de expressão e participação levou ao agravamento da fome na China em 1958, uma vez que o governo não permitia a atuação da imprensa e nem a manifestação de movimentos sociais. No mesmo capítulo o autor conclui que a democracia e a liberdade de expressão e participação são fundamentais para inibir cenários de fomes coletivas. Assim, não seria a falta de alimentos, mas a má distribuição destes que culminariam em grandes fomes. Para este cenário, Sen (2000, p. 189) alerta:

Para eliminar a fome no mundo moderno, é crucial entender a causação das fomes coletivas de um modo amplo, e não apenas em função de algum equilíbrio mecânico entre alimentos e população. O crucial ao analisar a fome é a liberdade substantiva do indivíduo e da família para estabelecer a propriedade de uma quantidade adequada de alimento, o que pode ser feito cultivando-se a própria comida (como fazem os camponeses) ou adquirindo-a no mercado (como fazem quem não cultiva alimentos). Uma pessoa pode ser forçada a passar fome mesmo havendo abundância de alimentos no mercado, devido a uma perda de renda (por exemplo, em consequência de desemprego ou do colapso do mercado dos produtos que essa pessoa produz e vende para se sustentar). Por outro lado, mesmo quando o estoque de alimentos declina acentuadamente em um país ou região, todos podem ser salvos da fome com uma divisão melhor dos alimentos disponíveis (por exemplo, criando-se emprego e renda adicionais para os potenciais vítimas da fome). Isso pode ser suplementado e tornado mais eficaz adquirindo-se alimentos de outros países, mas muitas ameaças de fome coletiva foram debeladas mesmo sem esse recurso – simplesmente por meio um compartilhamento mais equitativo do estoque reduzido de alimentos do próprio país. O enfoque tem de ser sobre o poder econômico e a liberdade substantiva dos indivíduos e famílias para comprar alimento suficiente, e não apenas sobre a quantidade de alimento disponível no país em questão.

Outro aspecto a ser levado em consideração no que tange a liberdade substantiva é a pressão que a sociedade pode exercer sobre o governo, por exemplo, exigindo mais investimento em educação. Com isso, a melhora na educação forma cidadãos com boa capacidade de leitura, raciocínio crítico, elevado poder de argumentação o que enriquece o debate público de forma geral. Com a melhora da educação, os indivíduos conseguem escolher de forma mais assertiva as oportunidades que se apresentam, aumentando seu nível de renda. O crescimento da renda faz com que estes

cidadãos reinvestam em saúde e educação criando um círculo virtuoso, evitando as mazelas sociais que inibem a liberdade substantiva. Para este cenário, Amartya Sen argumenta que as liberdades se retroalimentam (SEN, 2000).

Sen (2000) enumera cinco tipos de liberdades instrumentais: 1) liberdade política; 2) liberdade econômica; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência e; 5) segurança protetora. As liberdades políticas dizem respeito a liberdade que os indivíduos possuem em escolher seus representantes políticos (direito ao voto), bem como a liberdade de expressão para reclamar de eventuais descontentamentos. Nesta também está inserida a liberdade de participação na formulação de políticas públicas por meio de audiências públicas ou diálogo com os poderes constituídos, ou seja, um Estado democrático.

A liberdade econômica se refere a livre iniciativa para empreender, consumir e de acesso a um bom nível de renda. Nesta forma de liberdade, o cidadão é livre para escolher qual o trabalho que deseja desempenhar com base em suas aptidões, qualificações e retorno financeiro. Ele pode escolher ser assalariado ou empreendedor. Nesta liberdade o acesso ao consumo, em especial de alimentos, deve ser garantido. Assim, a liberdade de consumo é garantida tanto pelo acesso a renda quanto pela liberdade do empreendedor agrícola em produzir (SEN, 2000). Sobre as oportunidades sociais:

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. (...) de modo semelhante, a participação da política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (SEN, 2000. p. 56).

As garantias de transparência estão atreladas a um caráter ético e moral por parte da sociedade, pois dizem respeito as garantias de transparência e relações sociais imbuídas de confiança e sinceridade. Este tipo de liberdade ditará a forma de justiça, a lealdade com a legislação e o nível de violência e criminalidade de uma sociedade. Se tal liberdade for deficitária “algumas pessoas podem encontrar-se no limiar na vulnerabilidade e sucumbir a uma grande privação em consequência de mudanças materiais que afetem adversamente suas vidas” (SEN, 2000. p. 57). A segurança protetora é primordial para:

[...] proporcionar uma rede de segurança social, impedido que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (SEN, 2000. p. 57).

No aspecto da renda, Sen (2000) argumenta que quando existe a privação de liberdade substantiva, camadas mais pobres da sociedade podem chegar à chamada pobreza multidimensional. Diferente do conceito largamente conhecido de pobreza (que avalia somente o aspecto renda), a pobreza multidimensional abrange praticamente todos os aspectos da vida humana. Assim, a pobreza multidimensional traz ao indivíduo uma privação de capacidades, imputando-lhe a falta de renda, fome, desemprego, extrema desigualdade, precariedade na saúde e educação, comprometimento da segurança e moradia e a redução da expectativa de vida e de sobrevida. Neste cenário também existe uma retroalimentação da pobreza, onde a falta de liberdade de acesso a renda suficiente pode acarretar sucessivamente todas as demais mazelas econômicas e sociais mencionadas.

Além da liberdade substantiva, a pobreza multidimensional compromete todas as liberdades instrumentais. Como as liberdades instrumentais são interdependentes, logo a pobreza multidimensional vai corroendo uma após outra até chegar ao âmbito da linha da miséria. Neste cenário, a pobreza multidimensional traz a pior de todas as mazelas econômicas e sociais: a fome coletiva.

Assim, Amartya Sen inova no sentido de explicitar que o verdadeiro desenvolvimento está na liberdade de acesso a serviços básicos como segurança, saúde e educação, além do acesso a renda, alimentação e qualidade de vida. Como ele mesmo argumenta ao longo do primeiro capítulo de sua obra, não basta apenas ter condições de acesso – financeiramente falando – a estes serviços essenciais. É necessário que estes estejam disponíveis a todos os cidadãos em todo o tempo e da melhor maneira possível, sem que este seja lesado por isso. Caso contrário, de nada adiantaria um indivíduo possuir um elevado nível de renda em um país onde o sistema de saúde, segurança ou educação são insatisfatórios e precários.

Pode-se dizer que sua teoria consiste basicamente em demonstrar que o desenvolvimento de uma nação só é possível se a sua sociedade possuir reais possibilidades de acesso a liberdade. Desta forma, Sen contribuiu para um novo conceito de desenvolvimento para um determinado país ou sociedade. Segundo o próprio Sen (2000):

O desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta as ações para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenham papéis de relevo. (SEN, 2000, p. 6).

No âmbito mais profundo da teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen está a premissa de que uma sociedade estará plenamente em desenvolvimento quando os seus indivíduos usarem a sua renda para custearem a vida que desejam viver. Para Sen (2000), o comprometimento e a liberdade de escolha social acrescida do comportamento e a liberdade individual são indicativos de que uma referida sociedade está rumo ao desenvolvimento. Porém, Sen (2000, p. 30) alerta: “As evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido”.

Amartya Sen ainda comenta que o Estado deve realizar atos de previdência com a formulação de políticas públicas que tragam renda aos desempregados e aposentados. Ele defende a criação de diversas medidas paliativas, como a geração de empregos públicos em cenários de fomes coletivas. Porém, o autor acredita que tais políticas podem ser custeadas em países pobres por meio dos custos relativos. Sen comenta que uma variável que contribui sobremaneira para o desenvolvimento econômico em países pobres está atrelada a trabalhos e serviços coletivos que não exigem altas tecnologias e conhecimento, mas exigem esforço intensivo. Assim, reduzir os custos coletivos e elevar a renda destes trabalhadores poderia ser a solução para amenizar os impactos de tais políticas nos gastos governamentais:

A possibilidade de financiar processos conduzidos pelo custeio público em países pobres pode muito bem causar surpresa, pois seguramente são necessários recursos para expandir os serviços públicos, como os das áreas de saúde e educação. Com efeito, a necessidade de recursos com frequência é apresentada como argumento para postergar investimentos socialmente importantes até que um país já esteja mais rico. Onde é (diz a célebre questão retórica) que os países pobres encontrarão os meios para “custear” esses serviços? Essa é uma boa pergunta, e ela tem uma boa resposta, baseada em grande medida na economia dos custos relativos. A viabilidade desse processo conduzido pelo custeio público depende do fato de que os serviços sociais relevantes (como os serviços de saúde e educação básica) são altamente trabalho-intensivo são, portanto, relativamente baratos nas economias pobres — onde os salários são baixos. Uma economia pobre pode ter menos dinheiro para despender em serviços de saúde e educação, mas também precisa gastar menos dinheiro para fornecer os mesmos serviços, que nos países mais ricos custariam muito mais. Preços e custos relativos são parâmetros importantes na determinação do quanto um país pode gastar. Dado um comprometimento apropriado com o social, a necessidade de levar em conta a variabilidade dos custos relativos é particularmente importante para os serviços sociais nas áreas de saúde e educação (SEN, 2000, p. 65).

Desta forma, Amartya Sen verifica o desenvolvimento por meio das liberdades substantivas dos indivíduos e, conseqüentemente, a eliminação das privações destas liberdades é o caminho a ser perseguido pelas nações. A pessoa precisa ter um papel ativo em todo esse processo. “Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 107).

4.2 APLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Alguns estudiosos advogam que o desenvolvimento rural sustentável deve passar por um rompimento com a atual *mainstream*⁴ agrícola criado pelo setor agropecuário atual. Assim, para estes não há como se chegar ao desenvolvimento rural sustentável dentro do sistema capitalista de produção rural, também chamado de agronegócio. Uma segunda vertente acredita ser possível a evolução do agronegócio, no qual para estes excluem diversas outras formas de agricultura⁵, para um segmento mais abrangente e inclusivo. Segundo estes teóricos, a saída para se chegar ao desenvolvimento rural sustentável estaria na cooperação e no fortalecimento das instituições cooperativistas (NEVES, 2007).

Porém, existe o terceiro pensamento que defende o desenvolvimento rural sustentável por meio do atual sistema agropecuário, fortalecendo tanto a agricultura familiar com suas particularidades quanto o agronegócio com pequenos, médios e grandes produtores. Estes acreditam na diversificação agrícola e no avanço tecnológico como principais fatores para se alcançar o desenvolvimento rural. A sustentabilidade estaria por conta da ampliação do conhecimento, sensibilidade e responsabilidade que todos os produtores devem ter para com o meio ambiente, afinal sua atividade depende intensamente deste.

Assim, o desenvolvimento rural sustentável no Brasil passa tanto pelo agronegócio quanto pela agricultura familiar e camponesa. Neves (2007) descreve como requisitos importantes para o desenvolvimento rural sustentável:

- Avanço tecnológico: Trará cada vez mais ganho de produtividade ao agricultor com uma agropecuária de precisão que irá reduzir desperdícios e, conseqüentemente diminuirá os custos de produção. O avanço tecnológico também propiciará a elevação cada vez maior da produção, evitando a necessidade de se expandir a fronteira agrícola.
- Fortalecimento das políticas públicas: São fundamentais para reduzir as discrepâncias produtivas e de renda no campo, propiciando mais acesso ao pequeno produtor rural. As políticas públicas também são fundamentais para diminuir a pobreza no campo (garantindo renda mínima) bem como aumentar a segurança alimentar para as camadas mais pobres da sociedade.
- Aumento da extensão rural: Se faz necessário, pois é a mola motriz do setor rural no Brasil. A extensão rural é capaz de trazer conhecimento que pode facilitar a atividade do agricultor nas mais

⁴ *Mainstream*: corrente teórica, filosófica ou científica que tem por finalidade construir uma maioria pensante que defenda a mesma ideia. Pensamento dominante (ETIMOLOGIA, 2022).

⁵ Algumas formas de agriculturas ainda não contempladas pelo agronegócio: agroflorestal, permacultura, orgânica, biodinâmica, biológica, agroecologia etc.

diversas frentes. Um produtor com aumento do conhecimento, do trato com a terra e do manejo produtivo, bem como de sua inserção no mercado se sente mais estimulado a trabalhar e conseguir resultados positivos.

- Promoção da consciência sustentável: É um passo fundamental para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que a ampliação da sensibilização e conscientização ambiental, social e econômica dos produtores rurais levará ao equilíbrio socioeconômico e ambiental que é necessário para se alcançar um planeta sustentável com desenvolvimento econômico, social e ambiental para todos.

No entanto, para Feijó (2015) o conceito mais adequado de desenvolvimento rural precisa estar atrelado ao conceito de sustentabilidade. Para o autor, desenvolvimento rural sustentável é o cenário onde existe o crescimento da renda, da produção rural, da qualidade de vida dos produtores e consumidores e da preservação do meio ambiente. Então, o desenvolvimento rural não seria apenas a produção agropecuária em si, mas todo o processo rural que beneficia tanto o produtor, o consumidor quanto o meio ambiente. Feijó (2015) alerta:

O Brasil, ao longo de sua história, consolidou-se enquanto uma economia subdesenvolvida especializada na produção e exportação de uns poucos produtos primários. Trata-se, portanto, de uma típica economia agroexportadora cuja dinâmica de seu desenvolvimento está voltada para o atendimento do mercado externo. Esse tipo de economia se sujeita a sérios riscos. Ela é muito vulnerável a choques adversos que afetem as condições de mercados de suas principais mercadorias. Os preços das exportações apresentam um comportamento cíclico proporcionado pela natureza da oferta e da demanda de produtos primários. Nessa economia atrasada, o setor exportador é o único efetivamente apto a gerar uma renda monetizada. Os produtores e o pessoal envolvido na cadeia de negócios da mercadoria principal açambarcam boa parte da renda monetária da economia. Então esta elevada especialização tende a resultar em alta concentração de renda entre as pessoas e regionalmente (FEIJÓ, 2015. p. 71).

Para o autor, o atual sistema agropecuário não será capaz de promover um desenvolvimento rural de forma sustentável para todas as camadas do setor produtivo. A concentração de renda e o monopólio produtivo de algumas *commodities* podem comprometer esse objetivo. Feijó (2015) defende que o desenvolvimento rural sustentável precisa contemplar o produtor rural, o consumidor de produtos agrícolas e o meio ambiente de onde se retira os insumos e matéria-prima para a produção. O Quadro 01 sintetiza suas ideias:

Quadro 01 – Objetivos e resultados do desenvolvimento rural sustentável.

Agentes	Objetivos para o desenvolvimento	Resultados do desenvolvimento
Produtores Rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da renda • Aumento do acesso ao crédito • Extensão rural • Políticas Públicas para o rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produção • Aumento da qualidade de vida • Diminuição do êxodo rural
Consumidores	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos acessíveis e baratos • Maior qualidade dos produtos • Diversificação dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança alimentar e diminuição da fome • Aumento da qualidade de vida
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do meio ambiente • Aumento dos marcos regulatórios • Combate aos crimes ambientais • Formas sustentáveis de agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade ambiental • Abundância de recursos naturais • Equilíbrio ecológico

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Feijó (2015).

Assim, o aumento na qualidade de vida do produtor rural pode ocorrer com o aumento da produção e da renda, do acesso ao crédito para fomento, da extensão rural e de políticas públicas de valorização do rural. Pelo lado do consumidor, o aumento da qualidade de vida advém de alimentos acessíveis e baratos, diversificação e da qualidade dos produtos. No que tange ao meio ambiente, o desenvolvimento estaria presente em sua proteção por meio de marcos regulatórios, fiscalização dos crimes ambientais e diversificação das formas produtivas. Mas, como se chegar a esse desenvolvimento proposto por Feijó (2015)? Amartya Sen possui a resposta: desenvolvimento como liberdade. Ele adverte:

A presença simultânea de mão-de-obra adscritícia e endividamento acarreta uma forma particular tenaz de privação de liberdade em muitas agriculturas pré-capitalistas. Ver o desenvolvimento como liberdade permite uma abordagem direta dessa questão, sem depender de demonstrar que os mercados de trabalho também aumentam a produtividade da agricultura – uma questão importante em si mesma, porém muito diferente da questão da liberdade de contratação e emprego (SEN, 2000. p. 45).

Amartya Sen não trata diretamente do desenvolvimento rural em sua obra. No entanto, toda a sua teoria pode ser aplicada de forma primorosa no que diz respeito a este tipo de desenvolvimento. Utilizando a visão de Sen, pode-se afirmar que o segmento rural no Brasil também necessita eliminar todo e qualquer obstáculo que impede o estabelecimento das liberdades substantivas. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2017), um em cada quatro produtores rurais no Brasil estão em estado de extrema pobreza. Ainda conforme o MDS (2017), mais de 20% da população rural brasileira é analfabeta e 61% dos habitantes do campo não alcançam a idade de 75 anos. Tais números trazem à tona a necessidade de políticas públicas como forma de proteção social para os habitantes da zona rural.

O rural brasileiro ainda enfrenta diversos problemas de ordem econômica, social e ambiental. A desigualdade social no campo ainda é marcante, os problemas de acesso a ativos agrícolas apropriados, aposentadoria do produtor rural e a baixa renda e produtividade para os pequenos produtores são exemplos de empecilhos ao desenvolvimento rural. Grande parte dos pequenos produtores e camponeses ainda lidam com problemas de acesso a água tratada, esgoto, tratamento do lixo, transporte, acesso à energia elétrica, saúde e educação. O setor rural brasileiro também precisa eliminar barreiras relacionadas a questões fundiárias, o surgimento das favelas rurais, a reforma agrária insipiente, o uso intensivo de agroquímicos, os minifúndios improdutivos, o aumento dos conflitos e violência no campo, o contrabando de insumos e matéria-prima agrícolas, a expansão da fronteira agrícola e o desrespeito aos marcos regulatórios.

Para se aplicar políticas públicas eficazes para mitigar os efeitos nocivos deste cenário, é necessário indicadores consistentes para retratar a real situação da pobreza no campo. Assim como PIB não pode ser um medidor isolado de desenvolvimento, conforme criticou Sen, o PIB agrícola ou indicadores de produção e produtividade no campo, por si só, também não devem ser tratados como medidores fidedignos de desenvolvimento rural. Conforme alertou Sen, o verdadeiro desenvolvimento passa pela conquista de liberdades de acesso a produtos, serviços, mercados e políticas públicas por todos os cidadãos; o mesmo equivale para os produtores e habitantes da zona rural. Mas, como mensurar a pobreza no campo utilizando estes princípios propostos por Amartya Sen? A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022), pode ter a resposta:

Um relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO, em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido, apresenta uma nova forma de medir a pobreza rural. Em comunicado, divulgado na sexta-feira, a agência afirmou que é difícil obter informações seguras sobre as condições de pobreza no campo, onde vive a maioria dos pobres de todo o mundo. A Iniciativa de Desenvolvimento Humano e Pobreza de Oxford, Ophi na sigla em inglês, trabalha com uma plataforma inovadora de medição da pobreza rural multidimensional, chamada de *R-MPI Rural Multidimensional Poverty Index*. Pelo novo índice são considerados pontos como segurança alimentar, qualidade da nutrição, níveis de educação e padrões de vida. O R-MPI alarga os métodos existentes à mensuração de outros aspectos mais de perto. Além disso, a FAO e a Ophi adicionam dois aspectos chave na vida das populações rurais: o acesso (ou a falta dele) a ativos agrícolas adequados e a exposição a riscos ambientais ou de proteção social. O R-MPI inclui indicadores inovadores que combinam dados geoespaciais com a pesquisa de lares, como informou o economista-chefe da FAO, Maximo Torero Cullen. Com esta nova forma de mensuração, considera-se a noção de que uma dimensão singular, como a renda de uma família, não pode servir para capturar a realidade da pobreza em áreas rurais. É altamente aceitável agora o conceito de que a pobreza significa muito mais que uma conta bancária esvaziada. A FAO explica o conceito do Índice Global Multidimensional de Pobreza, MPI, lançado em 2010 pelo Programa de Desenvolvimento da ONU, Pnud, e a Ophi. A iniciativa cobria 109 países e 5,9 bilhões de pessoas em 2021. Pelo novo índice são analisados os riscos de exposição à seca, cheias e ondas de calor. Para a diretora do Ophi, Sabina Alkire, o lançamento é um passo importante para formar o ambiente de dados e a discussão sobre como continuar a avançar com a compreensão da pobreza rural em todas as suas dimensões (FAO/ONU, 2022, n. p.).

Desta forma, com o Índice de Pobreza Multidimensional Rural da Ophi/FAO, a aferição do nível de pobreza no campo será mais próxima da realidade do que a utilização de indicadores como o PIB Agrícola (no caso brasileiro). Conforme a FAO (2022), o indicador já foi testado na Etiópia, no Malauí, na Nigéria e no Níger no continente africano, o mais afetado pela pobreza rural no mundo. Se aplicado no Brasil, o indicador poderia enriquecer os dados coletados por pesquisas como o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados da produção e produtividade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Uma abordagem inovadora para aplicar a teoria de Amartya Sen ao desenvolvimento rural sustentável seria criar ecossistemas de desenvolvimento baseados em redes de colaboração. Esses ecossistemas seriam formados por uma ampla gama de partes interessadas, incluindo agricultores locais, acadêmicos, organizações não governamentais, empresas, agências governamentais e comunidades locais. No contexto do desenvolvimento rural sustentável, a adoção de uma perspectiva ecossistêmica que busca integrar o bem-estar humano com a conservação ambiental de maneira holística e interdependente poderia ser uma saída para a mitigação da pobreza no campo. Esta abordagem vai além das abordagens ocasionais, que muitas vezes tratam a dimensão ambiental e a dimensão humana de forma separada.

Essa abordagem baseia-se na compreensão de que os ecossistemas saudáveis e funcionais são fundamentais para o bem-estar humano a longo prazo. Ao invés de observar os ecossistemas como meros recursos a serem explorados, essa perspectiva os considera como sistemas complexos que fornecem serviços ecossistêmicos necessários, como água limpa, polinização, regulação do clima e segurança alimentar.

5. CONCLUSÕES

Amartya Sen trouxe à tona uma perspectiva inovadora e abrangente sobre o desenvolvimento econômico e social por meio de sua teoria do "Desenvolvimento como Liberdade". Ao contrário das visões tradicionais centradas no crescimento do PIB ou no acúmulo de riqueza, Sen propõe que o verdadeiro progresso de uma sociedade está ligado à expansão das liberdades individuais e à eliminação das privações que impedem que as pessoas vivam uma vida plena

Não há dúvidas, Amartya Sen pode ser considerado um subversivo pacifista dentro do pensamento econômico que debruça esforços para compreender as causas do desenvolvimento. Acredita-se que Sen inaugura uma nova forma de se pensar o desenvolvimento com base em pressupostos nascidos na Filosofia mais antiga (liberdade) e desempenhado na Economia mais moderna (desenvolvimento). Pois, não é à toa que sua obra mais famosa e lida é o livro

“Desenvolvimento como Liberdade”. A singularidade de sua abordagem reside na conexão intrínseca entre liberdade e desenvolvimento. Para Sen, a liberdade não é apenas a ausência de coerção política, mas também a capacidade real de exercer escolhas significativas e viver uma vida que seja autenticamente valorizada. Ele argumenta que as liberdades substantivas, como acesso à saúde, educação, segurança e participação política, são essenciais para permitir que os indivíduos alcancem suas potencialidades.

Diferentemente dos economistas neoclássicos ou econométricos, Sen defende a ideia de que o desenvolvimento não pode ser totalmente explicado apenas com indicadores de crescimento econômico como o caso do PIB no Brasil. Para ele, tais indicadores deve estar *pari passu* com outras formas de olhar a economia como o bem-estar social e individual. Esse pensamento foi tão contundente em seus escritos que lhe renderam o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Um indivíduo verdadeiramente livre, para Amartya Sen, é aquele que tem a possibilidade de fazer escolhas. Logo, em um ambiente onde a pessoa não pode ou não consegue fazer escolhas, este ambiente não possui liberdade. Entretanto, diversos fatores podem culminar no cerceamento desta liberdade: o desemprego e a falta de renda, crises sociais e econômicas, fomes coletivas, mercado ineficiente e ausência de políticas públicas. Para o autor, a perspectiva da liberdade incorrerá nos fins e meios para o desenvolvimento. A liberdade e os fundamentos da justiça agregado ao mercado, ao Estado e às oportunidades sociais propiciarão a redução da pobreza como privação de capacidades. A liberdade de expressão, de participação e manifestação, por meio de um Estado democrático, pode impedir o surgimento de fomes coletivas e outras crises.

Pode-se concluir que a teoria de Amartya Sen sobre o desenvolvimento está totalmente embasada na liberdade de acesso aos recursos necessários para a sobrevivência do indivíduo. Assim, na visão dele uma nação só será plenamente desenvolvida quando seus cidadãos utilizarem a sua renda para desfrutarem da vida que desejam viver. Para tal, é necessário que estes estejam em pleno gozo de suas liberdades substantivas e para se ter esta liberdade é preciso que todos possam ter acesso a produtos e serviços que irão promover a vida desejada. Uma contribuição importante da teoria de Sen é o foco na pobreza multidimensional. Ele argumenta que a pobreza não deve ser vista apenas como falta de renda, mas como privação de capacidades e liberdades. Isso significa que uma abordagem holística para reduzir a pobreza deve considerar aspectos como acesso à saúde, educação, segurança e participação política. Desta forma, Sen ressalta que o desenvolvimento sustentável requer a eliminação de todas as formas de privação que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas.

O desenvolvimento em Amartya Sen também passa pela condição das mulheres como agente social de transformação. Elas também podem desempenhar a promoção da liberdade substantiva para o devido acesso da população a alimentos saudáveis e em quantidade necessária para subsistência;

serviços de saúde, segurança e educação com qualidade; acesso à cultura; o estabelecimento de direito humanos e da dignidade à pessoa e as garantias básicas para um cidadão como a liberdade política, religiosa, empreendedora, de expressão e participação. Para muitas nações são questões constitucionais basilares, porém algo que ainda se encontra ausente em diversos países na atualidade.

No que tange ao desenvolvimento rural sustentável, as ideias de Sen são um passo fundamental para se criar comunidades rurais mais prósperas, igualitárias e desenvolvidas. Sua teoria vem de encontro com a necessidade de garantir que as comunidades rurais tenham acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, água potável e saneamento. Isso envolve a criação de infraestrutura adequada e a implementação de políticas que visam eliminar as privações que limitam as escolhas das pessoas. Ressalta-se também a urgência de investimentos em programas de educação e treinamento que capacitem os residentes rurais a adquirirem habilidades relevantes para sua região e economia. Isso não apenas aumenta a empregabilidade, mas também amplia as oportunidades de escolha e melhora a qualidade de vida. Aplicando suas teorias, é possível fomentar o empreendedorismo local e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis nas áreas rurais. Isso pode incluir o apoio à agricultura de subsistência, agricultura orgânica, agroindústrias locais e turismo rural, criando fontes de renda.

Por fim, a teoria de Sen pode contribuir em muito para o desenvolvimento rural sustentável, em especial para o rural brasileiro. Sua noção de liberdade substantiva – que está embasada em acesso a serviços públicos de qualidade – são fundamentais para se traçar nortes para o desenvolvimento rural no país. É certo que sua obra não se aprofunda nas questões rurais e ambientais, porém suas teorias e conceitos pode ser muito bem aplicada e desenvolvidas nestes contextos. É uma obra atual e inovadora, merecendo ser lida e compreendida por todos que se dedicam aos estudos do desenvolvimento e da liberdade. Ao adotar a abordagem ecossistêmica, as comunidades rurais podem experimentar um desenvolvimento mais resiliente e equitativo, ao mesmo tempo em que estimuladas a preservarem os recursos naturais e a biodiversidade. Essa inovação não atende apenas às necessidades imediatas das pessoas, mas também cria um legado de sustentabilidade para as gerações futuras. E, justamente neste viés, é que se encontra um desenvolvimento rural sustentável e sustentado para a vida rural brasileira.

REFERÊNCIAS

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

COFECON. CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. **Prêmio Nobel de Economia**. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/premio-nobel-de-economia/> acesso em set. de 2022.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO desenvolve índice de pobreza rural em parceria com Universidade de Oxford**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1778952> acesso em set. de 2022.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A inclusão produtiva rural do plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento: Primeiros apontamentos**. Brasília: 2017.

NEVES, M. F. (organizador) et. al. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável: Uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, P. (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SEN, A. K. **Sobre a ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Pobreza e fome: um ensaio sobre direitos e privações**. São Paulo: Ferramar, 2012.

_____. **Desigualdade reexaminada**. São Paulo: Record, 2021.

THE NOBEL PRIZE. estilo MLA: **Amartya Sen – Fatos**. NobelPrize.org. Prêmio Nobel Outreach AB 1998. Qui. 8 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1998/sen/facts/> acesso em set. de 2022.